

AS UNIVERSIDADES GOIANAS SOB A ÉGIDE DE JK¹

Jamily Silva de Assis²

Cleumar de Oliveira Moreira³

Resumo: Neste trabalho discute-se a criação das Universidades goianas durante o período governamental do Presidente da República Juscelino Kubitschek. Este trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica de análise documental, pautado no método materialista histórico-dialético, vinculado ao curso de Docência Universitária na linha de pesquisa de Gestão e Políticas Educacionais da Universidade Estadual de Goiás. Investigou-se a sua possível participação no processo de criação das instituições Universidade Católica de Goiás, atual Pontifícia Universidade Católica de Goiás, e Universidade Federal de Goiás.

Palavras-chave: Universidade; ensino superior; instituição de ensino.

Abstract: This research talks about creation of Universities in Goiás during the period of Juscelino Kubitschek government, the Republic president. This research consists in a bibliographic research of documental analysis, based on a historic and dialectic materialist method, linked to University Teaching course concerned to a research line of Educational Management and Politics from University State the Goiás. It was investigated its participation on the creation process of University Católica the Goiás, today, Pontifícia University Católica, and University Federal de Goiás.

Key words: university, university teaching, teaching institution

Introdução

O presente trabalho intitulado por “As Universidade Goianas sob a Égide de JK” tem como proposta analisar a fundação das universidades no estado de Goiás, as motivações, impactos e forças que as constituíram. Esta produção vincula-se ao programa de ensino do

¹ Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência Universitária, da Unidade Universitária de Inhumas, Universidade Estadual de Goiás.

² Especialista em Docência Universitária pela Universidade Estadual de Goiás (Unidade de Inhumas); Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás (Unidade de Goiás); Docente da Secretaria Municipal de educação de Inhumas.

³ Mestre em História pela UFG; Graduado em História pela UFG; Professor dos cursos de Pedagogia e História da Universidade Estadual de Goiás, respectivamente nas unidades de Inhumas e Morrinhos; Coordenador Geral de Cursos da Faculdade de Anicuns.

curso de Docência Universitária na linha de pesquisa de Gestão e Políticas Educacionais da Universidade Estadual de Goiás.

Nesse sentido, fomos motivados a estudar o processo de implantação das Universidades em Goiás no final na década de 1960, especificamente durante o governo federal de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1955-1960).

Este trabalho tem ainda como proposta analisar os impactos sociais, políticos, econômicos, culturais promovidos pela implantação do Ensino Superior em Goiás, em especial diagnosticar o debate travado entre a intelectualidade goiana durante o advento de criação e instalação das citadas instituições de ensino.

Para fundamentar o trabalho utilizou-se os seguintes autores: Maria Lúcia Arruda Aranha (2006), Genesco Ferreira Bretas (1991), Ana Waleska P. C. Mendonça (2000), Luiz Fernandes Dourado (2001), Paulo Jr. Ghiraldelli (2006), entre outros.

O artigo científico contextualiza de forma o histórico do surgimento do Ensino Superior no Brasil desde o Império até a República, apontado as modificações vivenciadas por este nível de ensino no período. Aborda também as características do ensino superior na era Vargas (1930-1945) as mudanças educacionais ocorridas, bem como a política educacional adotada, a implantação das primeiras universidades no país e a definição do contexto educacional goiano. Por fim, analisar-se-á a relação existente entre o presidente Juscelino Kubitschek e a Educação Superior em Goiás, como se deu a criação da Universidade Católica, a implantação da Universidade Federal de Goiás e as perspectivas e impactos trazidos ao Estado em decorrência da criação destas instituições de ensino.

De modo geral este trabalho refaz o percurso da Educação Superior desde sua instalação no Brasil até sua chegada e consolidação em Goiás tendo como ápice a criação das universidades goianas.

A expectativa é de que este trabalho venha beneficiar não só a comunidade acadêmica com relação aos estudos acerca do ensino superior no Brasil, mas também a sociedade de modo geral. Pois, quando nos tornamos conscientes de nossa História e de que somos agentes históricos podemos compreender melhor o que acontece à nossa volta e tentar modificar as incoerências, ou ao menos denunciar, assumindo uma posição ativa em relação aos fatos e não mais nos comportarmos como meros observadores, passivos e alheios a tudo.

História do ensino Superior no Brasil: do Império à República

De acordo com Teixeira (1999) as universidades se instalam tardiamente no Brasil, o que o torna uma exceção na América Latina uma vez que a Espanha havia criado várias universidades em suas colônias. Durante todo o período colonial não houve a criação de universidades ou mesmo de instituições que ministrassem cursos de nível superior. Essa, aliás, é uma comparação muito frequente em relação à América espanhola, de acordo com Mendonça (2000).

No Brasil, o ensino regular restringia-se as instituições jesuítas, apesar de ter havido algumas tentativas no sentido de criação de universidades na colônia. Estas, de fato, só surgirão com o advento republicano.

Segundo Mendonça (2000), após a chegada da família real no Brasil, em 1808, foram tomadas as primeiras iniciativas de criação e implantação de instituições de ensino superior. As primeiras faculdades surgiram em conformidade com a preocupação em relação à defesa militar na colônia. As instituições criadas por D. João VI, no âmbito do que se pode chamar de ensino superior, assim estavam, na sua grande maioria, diretamente articuladas à preocupação com a segurança da colônia, transformada em sede do governo português.

Antes da instalação da família real e da corte portuguesa no Brasil não houve, por parte dos mesmos, interesse em implementar o ensino superior, em especial, universidades na Colônia, uma vez que as elites agro-exportadoras enviavam seus filhos à Europa para realizarem o estudos de ensino superior. Foi mantendo vínculo com a Universidade de Coimbra que se formaram os bacharéis em Direito e Medicina atuantes na sociedade brasileira. Esse vínculo possibilitava a relação de dependência entre Metrôpole e Colônia. Assim, os intelectuais que no Brasil existiam, como o bispo José Joaquim Cunha de Azeredo Coutinho, tiveram sua formação no Velho Mundo.

A vinda da família real não trouxe consigo as universidades que eram o anseio de inúmeros intelectuais brasileiros do período colonial. A realidade do bacharelado no Brasil motivou a criação de outras instituições de ensino superior, direcionadas a oferecer outros cursos que atendessem novas áreas do conhecimento.

Como evidencia Mendonça (2000) o ensino superior no Brasil surgiu para oferecer infra-estrutura que atendessem às necessidades da Corte na Colônia. Não havia nesse sentido a intenção de implantar universidades. A Universidade era sonho dos intelectuais e da sociedade brasileira. Estes reivindicavam a D. João VI maior agilidade na sua implantação.

Desse modo, percebe-se que logo foi criada uma Universidade Literária, mas não ainda o projeto que viesse contemplar o sonho da intelectualidade luso-brasileira.

De acordo com Mendonça (2000), em 1808, portanto, Dom João VI criou a Academia de Marinha; o curso de Anatomia e Cirurgia no Rio de Janeiro e na Bahia; Matemática em Pernambuco (1809); Desenho e História em Vila Rica (1817); em Minas Gerais (1821) criou os cursos de Retórica e Filosofia em Paracatu. Essa política de implantação do ensino superior objetivava ser elemento complementar ao ensino promovido pelas aulas régias.

Desse modo, Mendonça (2000) relata que a criação da Academia de Marinha, em 1808, e da Academia Real Militar, ambas relacionadas ao interesse e/ou preocupação com a formação dos oficiais que protegeriam a Colônia, sede do governo português.

Também, Ribeiro (2005, p.41) corrobora a afirmação de Mendonça dizendo que “em razão da defesa militar são criadas, em 1808, a Academia Real de Marinha e, em 1810, a Academia Real Militar [...] a fim e que se atendesse à formação de oficiais [...]”.

Desse modo, observa-se que as autoras revelam a preocupação dos reinóis com a segurança militar da Colônia após a chegada da corte.

A criação de cursos superiores originou com as faculdades no Brasil. As primeiras instituições eram denominadas como isoladas. Estas tinham caráter profissionalizante. Porém, as mesmas não constituíram ou possibilitaram a criação de universidades no país.

Conforme Ribeiro (2005,42) a criação das instituições citadas acima evidencia o início ou a inauguração do ensino superior no Brasil e que estas tem seu ponto positivo “[...] o de terem surgido de necessidades reais do Brasil, coisa que pela primeira vez ocorria, embora essas necessidades ainda tenham sido em função de ser o Brasil sede do reino. Isto representa uma ruptura com o ensino jesuítico colonial [...]”.

Conforme Mendonça (2000) não se pode negar o fato de que a criação do ensino superior no Brasil foi realizada pela corte portuguesa, assim como sua manutenção enquanto esta permaneceu na Colônia. É, portanto, após seu retorno à Portugal que a manutenção e regulamentação sobre o referido ensino ficou a cargo do governo imperial. Esta evidencia ainda que este não fez muito pelo ensino superior, tornando-se exceção a iniciativa da criação da Escola Politécnica. A implantação das universidades não aconteceu. Porém, os pedidos por elas foram uma constante durante o primeiro e segundo reinados.

Vários foram os motivos e grupos que impuseram resistência aos pedidos em prol das universidades, apesar de alguns projetos explicitarem o controle que seria exercido através destas. Conforme Mendonça, foi justamente com intuito de defender a liberdade da ciência que os positivistas se opuseram a criação de tal instituição. Enquanto alguns queriam a criação

de uma que servisse como instrumento de controle, outros se opunham por defender a liberdade na produção do conhecimento que era essencial a uma universidade.

1.2 Mudanças educacionais na República Velha

De acordo com Ghiraldelli (2006) a transição para o regime republicano trouxe novo ânimo aos debates sobre a educação no país:

O período de fim do Império e início da República assistiu uma relativa urbanização do nosso país, e os grupos que estiveram junto com os militares na idealização e construção do novo regime vieram de setores sociais urbanos que privilegiavam, de certo modo, as carreiras de trabalho mais dependentes da posse de certa escolarização, as carreiras menos afeitas ao trabalho braçal. Associado a isso e ao clima de inovação política, surgiu então a motivação para que nossos intelectuais - de todos os níveis e projeções viessem a discutir a necessidade de abertura de escolas.(GHIRALDELLI, 2006, p.32).

Percebe-se então que o novo contexto sócio-econômico do país possibilitou um maior debate sobre os rumos que tomaria a educação no Brasil. A necessidade de ampliar os níveis de escolaridade de modo a melhorar as condições de desenvolvimento do país.

Após a transição do regime monárquico para o republicano, a discussão a respeito da criação de universidades no país toma novas proporções e torna-se mais consistente. É mediante esse contexto que Mendonça (2000) afirma terem ocorrido iniciativas de criação de universidades em alguns estados que tiveram uma vida efêmera.

A esse respeito, Mendonça (2000) evidencia que a Universidade do Rio de Janeiro tornou-se uma exceção, tendo uma vida duradoura. Esta instituição foi originária da união da Escola Politécnica, da Escola de Medicina e da Faculdade de Direito. Apesar da junção, todas continuaram a coexistir de forma isolada.

Houve então a criação de universidades no Brasil durante o período republicano, mas a forma como surgiram não lhes permitiu uma vida estável e duradoura. Talvez isso tenha ocorrido pelo fato de se aglutinar instituições de ensino superior que na prática não constituíram realmente uma universidade, apenas existiram isoladamente com o título de universidades. “Esse foi modelo seguido posteriormente pela Universidade de Minas Gerais, criada em 1927, por iniciativa do governo do estado”. (MENDONÇA, 2000, p. 136).

As discussões a respeito da educação superior intensificaram-se no final da década de 1920. Acerca da expansão do ensino a toda população foi reestruturada a escola secundária e o ensino superior com intuito de transformar a sociedade brasileira. Percebe-se que havia um

interesse em ampliar o nível de escolarização da população de modo que viesse a contribuir com o processo de industrialização recorrente.

No que se refere ao ensino superior, neste período, duas propostas haviam sido encaminhadas para apreciação. Discutiam os rumos a serem tomados pelo ensino superior no país, uma delas encaminhada pelo Estado de São Paulo (1926) e a outra pela Associação Brasileira de Educação (ABE).

Mendonça destaca as expectativas desses grupos quanto a função da universidade:

[...] O primeiro grupo liderado pelos católicos valorizava especialmente o papel da escola secundária, como agência de homogeneização de uma cultura média, dentro de um projeto de recuperação do país de caráter moralizante que passava pelo resgate da tradição católica na formação da alma nacional [...]

[...] Para o segundo grupo, constituído basicamente por professores egressos da Escola Politécnica, a ênfase estava posta nas universidades que deveriam se constituir em verdadeiras usinas mentais, onde se formariam as elites para pensar o Brasil [...] (MENDONÇA, 2000, p.137)

Nesse sentido o primeiro grupo constituído por membros da ABE queria difundir o ensino secundário e estabelecer a Escola Normal Superior, qualificando, assim, os docentes do curso Técnico Normal enquanto o segundo grupo vislumbrava uma universidade que fosse capaz de produzir conhecimento e reestruturar a sociedade brasileira.

Desse modo, a Reforma Francisco Campos não possibilitou a tais grupos, ao menos não de imediato, a concretização de suas propostas e anseios uma vez que tal reforma tinha como foco principal normatizar e difundir o ensino secundário no país, assim, o maior acesso da população à educação.

Vargas e a Educação Brasileira: 1930 a 1945

É a partir das transformações sócio-econômicas que a educação brasileira passa por modificações durante a década de 1930. Conforme Ghiraldelli (2006, p. 39), “sabemos que quanto mais urbano se torna um país, mais cresce os setores de serviços, menos as pessoas querem se submeter ao trabalho braçal e, então mais os setores médios ou os aspirantes a tal exigem educação e escolas.”

Aranha também evidencia que as transformações sócio-econômicas impulsionaram as mudanças educacionais. Diz a esse respeito:

[...] com a crise do modelo oligárquico agroexportador e o delineamento do modelo nacional-desenvolvimentista com base na industrialização, exige-se melhor escolarização, sobretudo para os segmentos urbanos-tecnocratas militares e empresários industriais. (ARANHA, 2006, p. 305).

O processo de industrialização, vivenciado no país, iniciou-se ainda na República Velha e foi consolidando-se ao longo da década de 1930. Esse processo necessitava de mão-de-obra qualificada o que indicava a necessidade de mudanças em relação à educação, necessidades essas percebidas por Vargas chefe do “Governo Provisório”.

É, portanto, mediante a esse contexto que Getúlio Vargas cria em novembro de 1930 o Ministério da Educação e Saúde. Conforme Aranha (2006, p. 305) a essa esfera “[...] órgão importante para o planejamento das reformas em âmbito educacional e para a estruturação da universidade.”

O chefe do Executivo nacional nomeou para ministro Francisco Campos.

Segundo Aranha (2006) Francisco Campos foi escolhido devido às reformas que haviam realizado em Minas Gerais, alicerçado no ideário da Escola Nova. No entanto, sua atuação conciliadora, enquanto ministro da Educação, o fez atender outros interesses e não apenas os anseios dos escolanovistas.

A Reforma Francisco Campos organizou e regulamentou o ensino superior no Brasil bem como o ensino secundário e comercial. Ele criou o Conselho Nacional de Educação e a Universidade do Rio de Janeiro. Foi muito significativa a regulamentação do ensino superior efetivada pela reforma, como nos mostra Ribeiro (2003):

Esta reforma se reveste de importância por ter adotado como regra de organização o sistema universitário. Isto através da criação da reitoria, com função de coordenar administrativamente as faculdades. Exigia, ainda, a incorporação de pelo menos três institutos de ensino superior _ Direito, Medicina e Engenharia _ ou, em lugar de alguns desses, a Faculdade de Ciências e Letras [...] (RIBEIRO 2003, p. 107)

De fato, a reforma Francisco Campos foi de inquestionável relevância, mas não foi a única. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, serviu como parâmetro à política nacional de educação, ou melhor, proporcionou um amplo debate sobre esta.

Havia, desse modo, grupos opositores quanto aos rumos da política educacional do país. De um lado os católicos defendendo uma postura mais conservadora do ensino e de outro, os escolanovistas propondo uma educação laica, gratuita e de responsabilidade pública, conforme Ribeiro (2003).

O grupo escolanovista visava implantar o modelo da Educação Nova baseado nas ideias do filósofo norte-americano John Dewey.

Cotrim e Parisi revelam que:

Segundo o pensamento de Dewey, a educação é uma permanente organização ou reconstrução da experiência, que sendo um processo ativo, será sempre completado pelos períodos subseqüentes. A expressão escola ativa reflete, em síntese, essa concepção. Dewey contrapõe aos estudos puramente intelectuais, a experiência que produz conhecimento, o qual é produto da ação contrariamente às concepções tradicionais que o separam da atividade. (1979, p. 285).

Desse modo, a proposta escolanovista se opunha ao conservadorismo católico de uma educação dualista e verbalista que não se adequa a sociedade moderna. É a prática que promove a consolidação do conhecimento. Portanto, o ensino profissionalizante seria o mais adequado a sociedade moderna, ou que buscava a modernidade.

As propostas de Dewey foram utilizadas pelos componentes do Manifesto ao propor o ensino profissionalizante como alternativa às novas necessidades do país em âmbito educacional sócio-econômico e político. O ensino profissionalizante seria oferecido às camadas populares uma vez que estas dificilmente chegariam à universidade.

Conforme Aranha (2006), as propostas apresentadas pelos escolanovistas foram vantajosas. No entanto, estes primavam pelos aspectos técnicos desviando assim o debate sobre a universalização do ensino à população que se fazia necessária. As mudanças ocorridas aconteceram de acordo com as necessidades sócio-econômicas do país.

Após o governo provisório (1930-1934) e durante o Estado Novo (1937-1945), Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde e através das Leis Orgânicas do Ensino promoveu outras reformas na educação nacional.

Segundo Ghiraldelli Jr (2006, p.80) “as Leis Orgânicas, chamadas de Reforma Capanema, consubstanciam-se em seis decretos leis que ordenaram o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola” de caráter elitista e conservador, uma vez que os cursos profissionalizantes destinavam às camadas populares.

As reformas ocorridas no ensino brasileiro contribuíram para sua regulamentação, estabelecendo a responsabilidade para com a educação. Porém, não mudou a situação existente, pois as elites continuaram a ter acesso a educação propedêutica, visando o ingresso no ensino superior, enquanto que para as camadas populares ofereciam-se o ensino profissionalizante.

Implantação das primeiras universidades

As universidades surgiram no Brasil a partir da Reforma Francisco Campos ou pelo menos se consolidam através dela. As instituições de ensino superior que levaram o nome de

universidade, até aquele momento, eram um conglomerado de faculdades sem articulação entre si, conforme Mendonça (2000).

Foram exemplos deste modelo de instituições as Universidades do Rio de Janeiro (1920) e Minas Gerais (1927). A primeira foi reorganizada pela Reforma Francisco Campos, mais especificamente pelo Estatuto das Universidades Brasileiras que instituiu o regime universitário.

Cunha (2000) nos mostra, no entanto, que além das instituições mencionadas acima, havia outras que, também, utilizavam o título de universidade como a Universidade de Manaus (1909) de caráter privado; a Universidade de São Paulo (1911) com duração até 1917; e a Universidade do Paraná (1912).

Para Cunha (2000, p. 162) “a primeira instituição de ensino superior do Brasil que assumiu duradouramente o *status* de universidade foi a Universidade do Rio de Janeiro [...]”.

Giles (1987), por outro lado, evidencia que a primeira universidade criada sob as regras do estatuto foi a Universidade de São Paulo (1934), tendo como objetivos a formação de professores para o ensino secundário e para a pesquisa.

Para Mendonça (2000), a concepção de universidade dos Pioneiros da Educação Nova privilegiava o ensino, pesquisa e extensão como papel primordial das instituições que deveriam se formar no país. A pesquisa nesse sentido seria o foco principal da universidade o que a distanciaria das outras instituições de ensino superior que privilegiavam a formação profissional.

O que se observa é que as instituições de ensino superior no Brasil existiam de modo isolado, algumas levavam o nome de universidade através da união de faculdades distintas entre si. O grande objetivo de tais instituições, ou melhor, a preocupação destas era a formação de docentes de outros níveis de ensino, postura defendida pelos católicos. É, portanto, a partir da Reforma Francisco Campos e o debate estabelecido pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que outros parâmetros foram estabelecidos para que realmente houvesse universidades no Brasil.

Mediante esse contexto foram criadas a Universidade de São Paulo (USP) em 1934 e a Universidade do Distrito Federal (UDF) 1935, tendo como respectivos idealizadores Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Estas instituições surgiram como modelo a ser seguido pelas demais instituições, segundo Mendonça (2000).

Ainda, conforme Mendonça (2000), tais universidades USP e UDF tiveram caráter diverso. A primeira tinha caráter mais orgânico tendo como eixo integrador a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; a segunda marcada pelo voluntarismo o que justificaria sua

fragilidade e duração efêmera. A preocupação de ambas, no entanto, era a mesma, o desenvolvimento da pesquisa.

A esse respeito Cunha diz que:

A criação da Faculdade de Educação e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras realizou o antigo projeto de Fernando de Azevedo, importante educador e membro da comissão de criação da USP. Para ele, a Faculdade de Educação seria o centro de formação de professores para o ensino secundário. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, concebida como o “coração da universidade” seria o lugar onde se desenvolveriam “os estudos de cultura livre e desinteressada. (CUNHA 2000, p. 168)

Outra instituição que também serviria de modelo às demais seria a Universidade do Brasil (1937), além de representar a tutela do Estado sob o ensino superior principalmente na UB e tentativa no caso da USP e UDF como nos mostra Mendonça (2000, p. 140):

De fato, há uma intenção explícita do governo federal, principalmente após 37, de assumir o controle das iniciativas no campo cultural. A idéia comum aos projetos da USP e UDF, de formar na universidade as elites que, com base na autoridade do saber, iriam orientar a nação (colocando-se, de certa forma, acima do Estado) seria, no contexto do Estado Novo, considerada perigosa. Ao governo federal interessava ter o monopólio de formação dessas elites e por isso impunha sua tutela sobre a universidade.

O país vivenciou de forma intensa, durante a década de 1930, o surgimento e a consolidação das universidades. Estas seriam as responsáveis pelo conhecimento produzido no Brasil. Para o governo era preciso saber que tipo de conhecimento se produzia nas universidades. Foi através da criação da UB, em 1937, é que se estendeu ao Estado o controle do ensino superior. Já, no caso da USP era diferente, pois não conseguia exercê-lo como gostaria devido a presença de professores estrangeiros em seu quadro docente.

Contexto educacional goiano

É durante a década de 1930, no bojo da Reforma Francisco Campos que se consolida o ensino superior em Goiás, uma vez que a referida reforma estabelecia o reconhecimento ou equiparação das faculdades e instituições de ensino superior.

Nesse período, em Goiás, havia duas instituições. Uma era a Escola de Direito de Goiás, uma instituição criada em 1916. Seu antigo nome era Faculdade Livre de Direito. Devido a legislação vigente esta passou a ser chamada de Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais até a criação da Faculdade Livre de Direito pelo governo. A outra era a

Faculdade Livre de Direito que representava o ensino superior no Estado (regida pela Reforma Francisco Campos).

A Reforma Francisco Campos surgiu como possibilidade de obtenção do reconhecimento para as instituições de ensino superior goianas. Possibilidade observada em primazia por Agenor Alves de Castro diretor da Escola de Direito de Goiás como nos mostra Bretas (1991, p. 525) “[...] Agenor, mais esperto que os dirigentes da Faculdade Livre de Direito vê nos dispositivos da Reforma uma grande oportunidade de conseguir o reconhecimento da sua Escola”.

Já, em 1932, a Escola de Direito de Goiás recebeu a equiparação da Faculdade Livre de Direito, buscando, também, a sua equiparação junto ao Conselho Nacional de Ensino, o que não aconteceu. Isso se deu pelo fato da cidade de Goiás não apresentar número suficiente de alunos para existência de duas faculdades, segundo Bretas (1991).

Ainda em conformidade com Bretas (1991), a solução recomendada pelo inspetor do Conselho Ângelo Cabeda seria a fusão de ambas as instituições sob o nome da Escola de Direito de Goiás, uma vez que esta era reconhecida, o que muito desagradou aos membros da Faculdade Livre de Direito.

O que se observa é que tais instituições de ensino superior em Goiás rivalizavam entre si ao que parece queriam representar o que fora a Academia de Direito de 1903 que funcionou até 1909. Disputavam o prestígio e o reconhecimento da população da capital, pois a Escola de Direito de Goiás foi criada pela iniciativa privada, ou melhor, pelo interesse de particulares, enquanto que a Faculdade Livre de Direito foi criada oficialmente pelo governo. Talvez por isso, a fusão não agradasse os membros das instituições.

Em 1934, com o advento da nova Constituição, conforme Bretas (1991), a Faculdade Livre de Direito deu início a outro processo de equiparação. Desta vez foi concedida, em 1936, por Getúlio Vargas. A partir de então, a capital goiana, Goiás, contava com duas faculdades de Direito, o que segundo o autor não permaneceria por muito pouco tempo, pois logo se deu início, através do deputado Alfredo Nasser, o processo de fusão de ambas instituições, sendo concretizada, em 1937, com o nome de Faculdade de Direito de Goiás.

No entanto, a Escola de Direito de Goiás e a Faculdade Livre de Direito que vieram a se tornar a Faculdade de Direito de Goiás não foram as únicas de ensino superior em Goiás. Havia ainda a Escola de Farmácia e Odontologia é o que nos diz Bretas (1991, p. 527) “em um dos últimos dias de maio de 1922, um grupo de médicos e farmacêuticos residentes na Capital, se reúne para fundar uma escola de farmácia”. Esta era um anseio antigo de

profissionais que enxergavam o momento oportuno só não imaginavam que a Escola de Farmácia e Odontologia fosse tão curta (1922 a 1930).

As instituições de ensino superior em Goiás se consolidaram na década de 1930, a partir da Reforma Francisco Campos. Esse processo deu-se em meio à efervescência da transferência da Capital, da antiga Vila Boa para Goiânia. Porém, esse acontecimento não alterou em nada a vida das instituições de ensino superior, o que não se pode dizer no caso das instituições de ensino secundário como o Liceu e a Escola Normal.

Juscelino Kubistchek e a educação superior em Goiás

Em Goiânia, inicialmente existia apenas a Faculdade de Direito o que limitava, ou melhor, restringia a opção dos candidatos ao ensino superior. Situação essa que mudou com a criação da Faculdade de Farmácia de Goiânia, devido a iniciativa de Angelo Arlington Fleury Curado e Rômulo Rocha e o aval de D. Emanuel Gomes o “Arcebispo da Instrução”, conforme Bretas (1991).

O que se percebe é que no Estado e na capital não se ofereciam opções diversificadas aos jovens que ansiavam pelo ingresso em uma instituição de ensino superior. Foi por iniciativa de D. Emanuel que foram criadas a Escola de Enfermagem e a Faculdade de Filosofia e foi ele quem imaginou a criação de uma Universidade no Estado.

De acordo com Bretas (1991) foi mesmo D. Emanuel Gomes de Oliveira quem primeiro cogitou a criação de uma Universidade, isso ocorreu no Congresso Eucarístico em Goiânia em 1948. D. Emanuel por sua vez logo tomou as providências necessárias para que seu sonho se concretizasse:

Sob orientação católica possuía já a Faculdade de Farmácia e Odontologia e uma Escola de Enfermagem. Em 1949 funda uma Faculdade de Filosofia e consegue do Governo Federal uma subvenção de Cr \$ 7.500.000,00 para essas três instituições de ensino (Cr \$ 2.500.000,00 para cada uma). (BRETAS, 1991, p. 595)

D. Emanuel, no entanto, não teve a oportunidade de ver seu sonho concretizado morreu logo depois de ter angariado recursos para tal instituição de ensino. Mas seu sonho seguiu vivo, pois D. Fernando Gomes dos Santos deu prosseguimento aos seus projetos de ensino.

A esse respeito Bretas (1991, p.595) nos mostra: “Para continuar a grande obra de seu antecessor, D. Fernando funda em 1958 a “Sociedade Goiana de Cultura” para superintender todas as entidades educacionais sob sua jurisdição.” Ora, D. Fernando seguindo os passos de

D. Emanuel tratou de regulamentar a situação das instituições de ensino que seguiam orientação católica para assim reuni-las na futura Universidade Católica.

Tudo corria muito bem para que finalmente o sonho de D. Emanuel se concretizasse. Mas, a atitude de membros de uma das instituições acabou por atrapalhar o desenrolar dos fatos. O mencionado imprevisto, conforme Bretas (1991) aconteceu por que membros da Faculdade de Farmácia e Odontologia, mais especificamente o Secretário e o Tesoureiro, tendo consciência dos subsídios de Cr\$ 2.500.000,00 que garantiam o funcionamento da instituição graças a D. Emanuel resolveram torná-la autônoma.

A atitude do Secretário e do Tesoureiro da Faculdade de Farmácia e Odontologia juntamente com parte dos professores atrapalharam muito o processo de criação da Universidade Católica, pois contando com esta instituição eram três instituições de ensino superior sob orientação católica ainda sim faltavam duas para a criação da Universidade. Agora, porém, havia apenas duas sem mencionar as animosidades que surgiram em decorrência da iniciativa de separação.

De acordo com Bretas (1991), a indisposição criada em decorrência de tal fato, entre a Conferência de São Vicente de Paula de Goiânia, mantenedora das instituições de ensino superior de orientação católica e parte dos professores anticlericais da referida instituição foi tamanha que D. Fernando preferiu perder a Faculdade de Farmácia e Odontologia que levar adiante tal situação tão desagradável.

Além da situação desagradável que se havia criado entre ambas as partes, a criação da Universidade fora retardada, uma vez que a Sociedade Goiana de Cultura contava apenas com a Faculdade de Filosofia e a Escola de Enfermagem número insuficiente de instituições para a criação da Universidade Católica. Era preciso reverter tal situação afim de que esta fosse criada.

Apesar das intempéries o esforço para criação da Universidade continuou e, segundo Bretas (1991), logo a Sociedade Goiana de Cultura criou a Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola de Belas Artes completaram as cinco instituições de ensino superior necessárias para criação da Universidade Católica.

Com estas cinco instituições, D. Fernando cria então a “Universidade de Goiás”, agregando a mesma um novo estabelecimento logo em seguida criado, a Escola de Serviço Social. Requerido o reconhecimento, o Presidente Juscelino defere favoravelmente através do decreto 47.041, de 17 de outubro de 1959. (BRETAS, 1991, p. 596)

D. Fernando finalmente conseguira criar a Universidade de Goiás e realizar o sonho de D. Emanuel, tendo em vista que o requerimento feito ao governo federal fora atendido pelo presidente Juscelino Kubitschek, oficializando, desse modo, a criação da futura Universidade Católica de Goiás.

Implantação da Universidade Federal de Goiás

O anseio da criação da Universidade Federal de Goiás ocorreu paralelamente ao da UCG, esta, porém, acabou por ser a primeira universidade goiana. Tal fato proporcionou a intensificação em prol de uma Universidade Federal em Goiás, já que muitos dos aspirantes ao ensino superior não tinham condições de se deslocarem para fora do Estado ou arcar com os custos de uma instituição particular.

Nesse sentido, em 1959, se consolida o movimento Pró-Criação da Universidade Federal de Goiás, pois desde 1948 havia o movimento pela federalização do ensino superior de acordo com Reis, Cabrera e Santana (2010). Os estudantes da Faculdade de Direito iniciam e lideram a luta pela criação da Universidade Federal de Goiás.

O que se sabe é que tanto o arcebispo D. Fernando Gomes dos Santos quanto os alunos da Faculdade de Direito queriam a criação de uma Universidade em Goiás. No entanto, o arcebispo sonhava com uma instituição de orientação Católica enquanto que os estudantes de Direito objetivavam uma instituição federal. D. Fernando conseguiu criar a UCG, era agora a vez de se criar a Universidade Federal de Goiás.

Obstinados pela criação da Universidade, os alunos procuram o então professor da Faculdade de Direito Colemar Natal e Silva para que este pudesse liderar o movimento Pró-Criação da Universidade Federal de Goiás, segundo Reis, Cabrera e Santana (2010). O professor Colemar passa a organizar o movimento e se dirige ao Rio de Janeiro (Distrito Federal) em busca da criação da UFG.

Através das entrevistas realizadas por Reis, Cabrera e Santana (2010) é possível perceber que a liderança do professor Colemar Natal e Silva, do deputado Gerson Castro Costa e dos estudantes de Direito e demais instituições de ensino superior que não pertenciam à Universidade Católica de Goiás foram fundamentais no processo de criação da Federal.

Entre os vários empecilhos que atrapalharam a criação da Federal estava a rivalidade dos estudantes com o arcebispo D. Fernando, estes chegaram a promover o enterro simbólico do mesmo acreditando que ele estivesse sabotando, ou melhor, atrapalhando a criação da Universidade. Conforme João Neder em entrevista à Reis, Cabrera e Santana (2010) o enterro

foi um divisor de águas, pois após o acontecimento o apoio da sociedade de modo geral e de políticos a favor da criação aumentou significativamente.

Outro problema foi a criação da Faculdade de Medicina, esta completaria o número de cinco instituições necessárias a criação da Universidade. Até então eram quatro as instituições que formariam a Universidade Federal: Direito, Engenharia, Farmácia e Odontologia e o Conservatório de Música. Era, portanto, de primordial importância que a Faculdade de Medicina fosse criada.

Em entrevista realizada pela professora Dra. Eliane Garcindo Dayrell transcrita por Reis, Cabrera e Santana (2010) o professor Colemar retrata que esta questão fora um dos mais importantes problemas enfrentados durante a tramitação do processo de criação da Universidade. Pois, Ministério da Educação havia aprovado o projeto de criação desta excluindo a Faculdade de Medicina sob o argumento de que o Estado não teria recursos para manter o funcionamento de tal instituição.

Ainda conforme a mesma entrevista transcrita por Reis, Cabrera e Santana (2010) o professor Colemar afirma que foi necessário recorrer ao presidente Juscelino Kubitschek para que este intervisse a favor do projeto como fora enviado ao Ministério da Educação. Graças a essa intervenção favorável do presidente que o projeto foi aprovado e finalmente a criação se realizaria.

A criação da Universidade Federal de Goiás estava garantida com as cinco instituições que a comporiam inicialmente, as Faculdades de Direito, Engenharia, Farmácia e Odontologia, Medicina e o Conservatório de Música. No dia 14 de dezembro de 1960, o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira assina a Lei nº 3.834-C criando a Universidade Federal de Goiás.

Finalmente a comissão liderada por Colemar Natal e Silva havia conseguido criar a Universidade Federal de Goiás. O sonho se tornara realidade era então momento de comemorar, não fosse a declaração do presidente eleito Jânio Quadros de que não instalaria as universidades criadas pelo seu antecessor. De acordo com a entrevista concedida à professora Dra. Eliane Garcindo Dayrell transcrita por Reis, Cabrera e Santana (2010).

Surgiria assim o último e grave problema, sem a instalação da Universidade a lei de sua criação de nada valeria. Ainda, segundo a referida entrevista, as providências a serem tomadas eram urgentes. O professor Colemar se reuniu com o Conselho e através de uma lista tríplice indicava o reitor, conseguindo assim a aprovação e publicação. Tudo ocorrera nos três dias que antecederam a posse de Jânio Quadros 01/02/1961 que fora convidado para ministrar

a aula inaugural. Enfim o problema havia sido resolvido e em 07/03/1961 a Universidade estava instalada.

Vencidos todos os obstáculos que se impuseram à criação da Universidade Federal de Goiás sua criação e instalação haviam se concretizado. Esta, então, após muita luta e esforço deixara de ser um sonho, um objetivo a ser alcançado e se tornara realidade. Goiás agora contava com duas Universidades, Católica e Federal.

Não se pode deixar passar despercebido o empenho, ou melhor, a ajuda de Juscelino Kubitschek para a criação da Universidade Federal de Goiás. Mas qual seria o motivo de tamanha boa vontade do presidente da República para com os estudantes do movimento Pró-Criação da Universidade Federal de Goiás? Havia algum interesse por trás de tal benevolência?

De acordo com Alfredo Abinagem havia sim, interesse político eleitoreiro por parte de JK conforme relata em entrevista à Reis, Cabrera e Santana (2010, p. 55)

[...] Bom essa atuação do movimento estudantil, principalmente a meu ver, casou-se com o interesse do Juscelino de voltar depois à Presidência. E já estava então em andamento a estratégia do Juscelino. Jânio Quadros derrotou o candidato do PSD, Marechal Teixeira Lot, este apoiado por JK. A grande imprensa a UDN denunciaram algumas irregularidades de superfaturamento, desvio de verbas na construção de Brasília. JK queria uma blindagem, e a armadura seria o Senado. Goiás foi bastante beneficiado com a construção de Brasília, então o desenvolvimento foi uma coisa tremenda. Juscelino tinha de agradar esse estudantado. A Universidade Católica saiu, a Federal também... Duas universidades para um Estado que não tinha nenhuma, isso em dois anos. Foi uma conjugação de condições. (Grifo nosso)

Alfredo Abinagem não é o único a revelar o interesse político eleitoreiro de JK Bretas também o faz:

O presidente Juscelino Kubitschek findava seu mandato, e esperava ser eleito Senador por Goiás, com o apoio de todos os partidos, inclusive os de oposição. Estando, portanto em situação de boa vontade para com os goianos, Juscelino apoiou o movimento, e, sem dificuldade, o Congresso expediu a Lei nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, criando a “Universidade Federal de Goiás”. (BRETAS, 1991, p. 596)

Enfim, a segunda universidade goiana foi criada e o apoio do presidente JK não era unicamente o de proporcionar uma universidade pública nem tão pouco expandir o ensino superior, mas visava algo em troca se eleger senador por Goiás. O saldo foi positivo, tanto os estudantes do movimento Pró Criação da Universidade Federal de Goiás quanto JK conseguiram o que desejavam.

A dinâmica universitária em Goiás: impactos e novas perspectivas

É, portanto, no final da década de 1950 e início da de 1960 que o ensino superior em Goiás se consolida com a criação das Universidades Católica e Federal respectivamente por meio do embate entre projetos divergentes um preconizando a iniciativa privada, o outro o ensino público e laico. (DOURADO, 2001)

Concomitantemente ao surgimento das duas primeiras universidades goianas, Católica (1959) e Federal (1960), ocorria a construção de Brasília nova capital Federal inaugurada em 21 de abril de 1960. Estes acontecimentos proporcionaram a integração do Estado de Goiás ao processo de modernização vigente no país, conforme Dourado (2001).

Desse modo, observa-se que a consolidação do ensino superior através da criação das Universidades Católica e Federal em Goiás permitiu que o Estado por sua vez tivesse condições de acompanhar o processo de modernização vivenciado no Brasil, já que tais instituições de ensino estariam formando os profissionais que atuariam no referido processo. Assim, como a criação de Brasília Goiás estaria próximo ao centro político-administrativo do país.

De acordo com Dourado (2001) durante a década de 1960, o Brasil vivenciava a expansão do ensino superior, o que não se verificou em Goiás neste período, apesar da criação das universidades goianas, ao menos não no mesmo ritmo. A esse respeito o autor enfatiza que: “A consolidação das Universidades Católica e Federal em Goiás efetiva-se ao longo das décadas de 1960 e 1970 sob os impactos da política centralizadora adotada pelo Estado no pós-1964.” (DOURADO, 2001, p. 51)

Durante a década de 1960 o país vivenciou o fim do regime democrático e o início do militar, acontecimento que modifica os rumos da Educação Superior, uma vez que a expansão vivenciada neste nível de ensino ocorre no âmbito privado, devido a necessidade de vagas e a política de contenção de gastos do governo federal.

As universidades goianas se constituíram no mesmo período e tiveram que lidar com as mudanças ocasionadas pelo regime militar. Dourado (2001) afirma que a Católica foi a que melhor se adaptou, enquanto a Federal foi a instituição que mais sofreu, por ter sido considerada por muitos “foco comunista”.

Ainda conforme Dourado (2001), a Universidade Federal de Goiás nasceu impulsionada por um discurso modernizante e atento aos anseios sociais e de modo especial as reivindicações de estudantes ligados a UNE por uma reforma universitária no país.

Ora discurso modernizante respeito às reivindicações populares, em especial de membros da UNE, participação ativa e democrática de estudantes, não combinavam com o discurso e prática de governo em plena ditadura militar. E quando se questionava, ou rompia-se com tais atitudes autoritárias, era-se chamado de subversivo ou comunista, como acusaram a UFG de foco comunista.

Diante de tais fatos Dourado evidencia que:

O impacto político-ideológico do golpe militar ecoa em Goiás. Em relação ao ensino superior várias medidas foram adotadas, entre as quais destaca-se a instalação de Comissão de Inquérito que resultou na aprovação de intervenção federal na Universidade Federal de Goiás. (DOURADO, 2001, p. 52)

A UFG sofreu as consequências de adotar uma postura democrática em tempos de repressão. Perdeu sua autonomia e teve seu reitor Colemar Natal e Silva afastado e substituído por um reitor *pro tempore*, segundo Dourado (2001). O caminho escolhido pela UFG não condizia com o momento político brasileiro e por isso a Universidade perdeu o que lhe caracterizava sua autonomia.

Desse modo, percebe-se que as perspectivas de modernização trazidas ao Estado de Goiás não se concretizaram, ao menos, não como alguns de seus idealizadores supunham que aconteceria. Entre os impactos a intervenção federal na UFG tornou-se um triste capítulo para sua História e a do Estado, no entanto, revela seu comprometimento com a democracia.

Tal episódio contribuiu para retardar a expansão de Ensino Superior em Goiás, era o que se esperava com a criação de duas universidades no período. A expansão do referido nível de ensino se sua interiorização aconteceriam no estado ao longo da década de 1980.

Considerações Finais

O ensino superior se estabelece no Brasil no início do século XIX de forma insipiente e em decorrência da chegada da família real portuguesa ao país. Havia a necessidade de uma infra-estrutura que pudesse atender às necessidades da corte recém chegada à Colônia.

Antes, porém, da instalação da corte portuguesa em solo brasileiro não há registros de funcionamento de qualquer instituição que se incumbisse da formação superior da sociedade brasileira. Os interessados em ingressar no ensino superior partiam para Europa para que pudessem cursar uma faculdade.

Portanto, é indiscutível que a instalação e criação de universidades no Brasil ocorreu tardiamente em relação à América Hispânica. Enquanto a Espanha espalhava universidades

em suas possessões territoriais de além-mar, o ensino superior na América portuguesa teve início no século XIX.

D. João queira manter o vínculo entre Colônia/Metrópole e por isso retardou a criação de universidades no Brasil. Instituiu o ensino superior através da criação de cursos que garantissem a segurança da corte, cursos de caráter profissionalizante e isolados. Mesmo que tardiamente, a vinda da família real portuguesa proporcionou o surgimento deste nível de ensino em terras brasileiras.

A discussão e reivindicação em prol de universidades no Brasil se tornam mais consistentes durante o regime republicano. É a partir de então que tais instituições se tornam realidade no país algumas de forma efêmera e outras de maneira duradoura.

As primeiras universidades surgiram através da aglutinação de instituições de ensino superior isoladas o que em alguns casos acabou por não se efetivarem enquanto universidades, mas este foi o modelo seguido para criação destas instituições de ensino durante a República Velha.

É mediante ao rompimento o modelo oligárquico agroexportador e o estabelecimento do modelo nacional desenvolvimentista e as mudanças ocasionadas por esta transição, que de certo modo ditaram as modificações na política educacional brasileira.

Portanto, é durante o período governamental de Getúlio Vargas (1930-1945) que seriam implementadas as medidas que regulamentariam e organizariam o ensino superior no Brasil até a reforma universitária de 1968. Estabelece-se no período em questão o Ministério da Educação e Saúde que se incumbiria de realizar tal fato.

Coube então a Francisco Campos, primeiro ministro da Educação e Saúde através da reforma que levava seu nome, organizar e regulamentar o ensino superior brasileiro. Foi por meio de tal reforma que se adotou o sistema universitário no país, as universidades enfim se consolidariam.

A Reforma Francisco Campos (1931) normatizou e regulamentou as universidades, ao Movimento dos Pioneiros da Educação Nova (1932) propor uma educação laica, gratuita e de responsabilidade pública e à reforma Capanema (1942/1946) ordenar o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola, mantendo a postura elitista e conservadora.

Percebe-se então que, as mudanças ocorridas na política educacional brasileira no período estiveram ligadas às necessidades sócio-econômicas o que levou ao estabelecimento do ensino profissionalizante as camadas populares e do propedêutico às elites que desde os tempos coloniais era quem tinha acesso ao ensino superior.

É durante a década de 1930 que o Brasil vivencia o surgimento das universidades de fato, seus maiores expoentes são: a Universidade de São Paulo (USP) 1934, a Universidade do Distrito Federal (UDF) 1935 e a Universidade do Brasil (UB) 1937, esta última seria o modelo a ser seguido pelas demais e ao mesmo tempo uma forma de mecanismo de controle a ser exercido pelo governo sob o ensino superior. O que não chegou a ocorrer conforme os planos governamentais desejavam, principalmente no caso da USP.

Na terceira década do século XX, o país vivenciava o surgimento e consolidação das universidades, enquanto o Estado de Goiás via na Reforma Francisco Campos a oportunidade de reconhecimento de suas instituições de ensino superior, ao menos era o que visibilizava e conseguira Agenor Alves de Castro o reconhecimento da Escola de Direito de Goiás.

As universidades estavam surgindo pelo país e Goiás buscando o reconhecimento de seus estabelecimentos de ensino superior. Além de vivenciar rivalidades entre membros da Escola de Direito de Goiás e a Faculdade Livre de Direito. Caracteriza-se assim, o grande contraste e o atraso da sociedade goiana em relação ao restante do país neste período.

Esse “relativo” atraso talvez se deva as rivalidades existentes entre as dissidências políticas que mantinham o processo de estagnação para melhor usufruir e efetivar seus desmandos. Não foram poucas as vezes que um governador eleito aprovava leis desfazendo o que seu antecessor realizara, exemplo disso foi o que acontecera com a Academia de Direito fundada em 1903 e fechada em 1909 sob justificativa do governo vigente de falta de verbas.

O ensino superior em Goiás conseguiu superar tais rivalidades, ou melhor, sobreviveu a elas, mesmo porque se efetivou durante o período de transição da antiga capital Vila Boa para Goiânia fato que não alterou a vida destas instituições de ensino e até as beneficiou de certo modo.

As universidades, no entanto, só se tornam realidade em território goiano durante o período governamental do Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira (1955-1960), ou seja, na metade do século XX. Surgem através do embate entre o projeto de iniciativa privada e o projeto de ensino laico e público.

É de conhecimento de todos que foi D. Emanuel Gomes de Oliveira, conhecido como o “Arcebispo da Instrução”, quem primeiro cogitou a criação de uma universidade em terras goianas. A partir de então tem início a mobilização em prol de uma universidade goiana.

Coube a D. Fernando Gomes dos Santos prosseguir com os planos de seu antecessor para a criação de tal instituição. Concomitantemente outro movimento surge com o mesmo intuito o Pró-Criação da Universidade Federal de Goiás. Havia, no entanto, um problema D. Fernando almejava a criação de uma instituição privada sob orientação católica.

Apesar das intempéries e da separação da Faculdade de Farmácia e Odontologia que faria parte da futura Universidade Católica, D. Fernando conseguiu junto ao Presidente Juscelino o reconhecimento de sua instituição a Universidade de Goiás através do Decreto 47.041 de 17 de outubro de 1959. Restava ao outro movimento criar agora a sua.

A iniciativa privada saiu na frente, porém, o movimento Pró Criação da Universidade Federal de Goiás não desanimou, através do deputado Gerson de Castro e Costa conseguiram estabelecer contato com o presidente JK e por intermédio deste obter a aprovação do Congresso para a criação da UFG por meio da Lei 3.834-C, de 14, de dezembro de 1960. Goiás tinha então duas universidades.

Criar uma universidade em Goiás não era tarefa fácil, uma vez que o número de habitantes em toda a região Centro-Oeste era insuficiente para tal realização. Conseguir a criação de duas instituições deste caráter no estado era inacreditável. É evidente que o apoio presidencial de JK muito contribuiu para o fato.

Ao longo da pesquisa ficou claro que o intermédio do presidente Juscelino Kubitschek não estava somente relacionado à consolidação e expansão do ensino superior em Goiás, mas pautado em interesse político eleitoreiro de se eleger Senador por este estado. Estado este que se beneficiara com a criação das universidades e a construção de Brasília. JK beneficiou sim a sociedade goiana. Contudo, não o fez por benevolência ou ideologia.

A criação das universidades goianas trouxe como perspectivas o crescimento, desenvolvimento e modernização do Estado, permitindo a este acompanhar o ritmo de modernização do país, bem como o acesso de um número maior de jovens ao ensino superior. No entanto, a consolidação destas deveria ter acontecido durante o regime militar instaurado em 1964, o que trouxe como impacto a intervenção federal na UFG atrasando assim, de certo modo, a expansão das universidades em Goiás.

A expansão das universidades em território goiano não aconteceu durante a década de 1960. A impulsão universitária ocorreu somente a partir da década de 1990. Desse modo, observa-se que a expansão deu-se de modo tardio. Não assegurou às camadas sociais goianas a formação superior a contento. Essa posição, de fato, ainda reforça as velhas políticas de governo e não as políticas de Estado para a educação. Este comportamento ainda reforça o desinteresse e a falta de descompromisso dos grupos e instituições que detém o poder e deveriam assegurar à sociedade qualidade de ensino, elemento que reverberaria positivamente nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da Instrução Pública em Goiás**. 1. ed. Goiânia: CEGRA/UFG, 1991. Coleção Documentos Goianos n.21.

COTRIM, Gilberto Vieira; PARISI, Mário. **Fundamentos da Educação: história e filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1979.

CUNHA, Luiz Antônio (2000). **Ensino Superior e universidade no Brasil**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, MENDES (org) e outros (2000), 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, (2000)

DOURADO, Luiz Fernandes. **A Interiorização do ensino superior e a privatização do público**. 1. ed. Goiânia: UFG, 2001.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. **História da Educação Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GILES, Thomas Ranson. **História da Educação**. São Paulo: EPU, 1987.

MENDONÇA, Ana Walesca P. C.. **A universidade no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Maio, junho, julho, agosto nº 14, 2000.

REIS, Heloísa Esser dos; CABRERA, Isabel Ibarra; SANTANA, Maria Teresinha Campos; MACEDO, Maurides; MELO, Orlinda Carrijo; SILVA, Rosângela Barbosa. **Universidade Federal de Goiás: Imagens e Memórias- 1960-1964**. Goiânia AAB, 2010. Série Universidade Federal de Goiás: História, Memória e Imagens v. 1.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: organização escolar**. 19. ed. Campinas-SP: 2003.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.